

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 156

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 107ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE OUTUBRO DE 2001**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Marcos Isfer.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Thiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Nós, deputados da bancada do PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira, abaixo subscritos, indica-

mos honrosamente o deputado Ademar Luiz Traiano para exercer o cargo de líder de nosso partido nesta Casa de Leis.

Certos de vosso entendimento, enviamos protestos de estima, apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(aa) LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, NELSON TURECK, RICARDO MAIA, SÉRGIO SPADA, ALGACI ULIO, EDNO GUIMARÃES e HERMAS BRANDÃO.

INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

Vimos através do presente, conforme solicitação de V. Exa. fazer a indicação do nome do deputado Divanir Braz Palma, integrante da Bancada do Partido da Frente Liberal (PFL), com o objetivo de compor como membro titular na Comissão de Constituição e Justiça nesta Casa de Leis, em substituição do nome do deputado Marcos Isfer, que desfilou-se do PFL.

Na suplência indicamos o nome do deputado Cleiton Kielse em substituição do nome do deputado Chico Noroeste.

Sendo o que se apresenta para o momento, renovo votos de protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Líder do PFL

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 3560

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência na sua discussão e votação ao Projeto de Lei nº 431/2001, constante da Ordem do Dia da presente Sessão.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 3557

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº 431/2001 em 2ª Discussão, na Sessão Extraordinária a ser realizada na presente data, como também a dispensa do interstício para sua discussão e votação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 3561

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER a imediata inclusão na Ordem do Dia, dos Projetos de Lei nºs 344/2001, 409/2001 e 494/2001, relativos às Mensagens nºs

32, 37 e 46/2001, todas tramitando em Regime de Urgência, aprovado por este Plenário, e que encontram-se retidas na Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, inobstante o objetivo dos mesmos seja estranho à competência da referida Comissão, definida ao parágrafo 6º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3544

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 437/2001, que não recebeu Emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3545

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 422/2001, que não recebeu Emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3546

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 394/2001, que não recebeu Emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3547

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 393/2001, que não recebeu Emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3548

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 387/2001, que não recebeu Emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3549

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 298/2001, que não recebeu Emenda no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3556

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de redação final ao Projeto de Lei nº 393/2000, de autoria do Poder Judiciário, que dá nova redação ao Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Paraná e ao Projeto de Lei nº 260/2001, de autoria do Ministério Público, que cria 28 cargos de procurador de Justiça e 12 cargos de promotor substituto.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3539

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a anexação do Projeto de Lei nºs 161/2001, de sua autoria, ao Projeto de Lei nº 19/2001, que tratam da mesma matéria, atendimento bancário.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3538

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja convidado a comparecer a esta Casa de Leis, na Sessão Plenária do próximo dia 06 de novembro, no Grande Expediente e Pequeno Expediente, o doutor Ricardo Augusto Cunha Smijtink, secretário de Estado da Administração e Previdência, para expor sobre o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 3563

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja cedido o horário do Grande expediente do dia 07 de novembro, para uso da palavra do governador do Rotary Club do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 3536

Senhor Presidente:

O deputado Ricardo Chab que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da senhora Dalva Edil Ribeiro Casagrande, aos 74 anos de idade, ocorrido no dia 19.10.2001, no município de Camboriú-SC.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

Fundadora do município de Santa Isabel do Ivaí, juntamente com seu esposo também falecido, o senhor Eduardo Francisco Casagrande, mudou-se para o solo paranaense em 1959, com seus 04 filhos e posteriormente a família cresceu, nascendo 02 (dois) de seus filhos no Paraná.

Atuaram no ramo da agropecuária e foram precursores da industrialização do município de Santa Isabel do Ivaí, na indústria de cerâmica e alambique.

A senhora Dalva Edil Ribeiro Casagrande, deixou 06 filhos: Carmem Cilene, Carlos Gilberto, Luís Eduardo, Marco Antônio, Jorge Adalberto e João Paulo Casagrande, juntamente com 9 netos e 02 bisnetos.

Sua vida foi dedicada à família e amigos, gozava de grande respeito e carinho por todos.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família de Dalva Edil Ribeiro Casagrande, enviando votos de profundo pesar para o senhor João Paulo Casagrande e irmãos, a Casagrande Imóveis, sito à Rua Padre Germano Mayer, nº 1.299 - Alto da XV - CEP: 80.040-170 - Curitiba-PR.

REQUERIMENTO Nº 3535

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Verê, em comemoração aos 38 anos de emancipação política do município, comemorado no próximo dia 26 de outubro.

Do aprovado requer ainda, se dê ciência ao prefeito municipal de Verê, Sr. Loivo Roque Ritter, parabenizando-o também pela brilhante administração, no endereço: Prefeitura Municipal de Verê, Rua Pioneiro Antonio Fabiane, 316 - CEP: 85.585-000 - Verê-PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O início do desbravamento do território onde se localiza o município de Verê se deu por volta de 1934, quando chegaram os primeiros pioneiros nas matas virgens da região. Os colonos chegaram através das picadas abertas e no lombo dos burros vindos principalmente de

Santa Catarina. No início as atividades eram voltadas à derrubada das matas para a plantação das roças de milho e feijão, e a criação e engorda de suínos.

O nome Verê vem do indígena caingangue “Viry” que foi o cacique dos índios de Guarapuava, região histórica de Palmas, amigos dos povoadores. Seu significado na lingüística caingangue é “sempre, eternamente”.

Criado através da Lei Estadual nº 4.730 de 24 de junho de 1963 e instalado em 26 de outubro de 1963, foi desmembrado de Dois Vizinhos.

REQUERIMENTO Nº 3551

Senhor Presidente:

O deputado que subcreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultando o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos ao senhor Gilberto Piva presidente da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas-APEOP, pela posse da nova diretoria, que será realizada dia 29 de outubro de 2001.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Ilmo. Sr. Gilverto Piva, presidente da Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas - APEOP.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas representa a união da classe beneficiando toda a população, e nos auxilia na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, sempre executando serviços de qualidade, proporcionando o bem-estar aos cidadãos paranaenses. Neste dia nossos cumprimentos pela reeleição dessa diretoria que já aprovou credibilidade.

Aqui fica nossa certeza de sempre podermos contar com essa importante associação.

REQUERIMENTO Nº 3552

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações à Sociedade Rural de Toledo, alusivos à realização da Expo Toledo 2001, que ocorre entre os dias 20 a 28 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Paulo Bernardi, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Raimundo Leonardi, 1586, CEP: 85.900-110, Toledo-PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3553

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Associação dos Ser-

vidores de Câmaras Municipais do Paraná, alusivos à realização do VIII Congresso de Servidores de Câmaras Municipais do Paraná, que ocorreu de 17 a 19 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Relindo Schlegel, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Barão do Rio Branco, 583, CEP: 80.010-902, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3554

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Associação Brasileira de Agências de Viagens do Paraná - ABAV, alusivos a posse da nova diretoria, que ocorrerá no próximo dia 25 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente eleito, senhor Joel Duarte e a todos os membros da nova diretoria, através de correspondência a ser encaminhada à Travessa Nestor de Castro, 247, 1º andar, CEP: 80.020-120, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3555

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulação à Associação Paranaense dos Empresários de Obras Públicas - APEOP, alusivos a posse da nova diretoria, para gestão 2001/2003, que ocorrerá no próximo dia 29 de outubro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao presidente, senhor Gilberto Piva e a todos os membros que compõem a nova diretoria, através de correspondência a ser encaminhada à Avenida Getúlio Vargas, 4250, CEP: 80.240-041, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 3543

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de louvor ao professor de Educação Física, José Donizete Luciano, pelo desenvolvimento do projeto “Da Rua para as Quadras”.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O professor José Donizete Luciano, numa demonstração de amor ao esporte, muita disposição e o sonho de transformar os caminhos tortuosos pelos quais a nossa

juventude infelizmente às vezes caminha, iniciou há 6 anos o projeto “Da Rua para as Quadras”.

E o que começou com um sonho, é hoje uma grande equipe. Com 60 alunos (jovens e adolescentes) participando do Projeto, com idades entre 13 e 25 anos, no Bairro Boqueirão. Na equipe, muitos jogadores já mostraram muita habilidade para o esporte e, mesmo não sendo regra, a maioria deles apresenta altura, porte e postura de atleta. Já participaram e saíram vencedores de vários campeonatos como a Copa Sesc, Jogos de Inverno de Porto Amazonas, Liga Escolar de Vôlei do Paraná e Jogos Juvenis Curitibanos. Alguns deles participaram da seleção paranaense, pela Seleção Brasileira, inclusive com convites para participar de seleção com projeção nacional.

As dificuldades são muitas, mas com garra e determinação a equipe vai avançando. E o objetivo do Projeto vem sendo alcançado. Tirar os meninos da ociosidade e oferecer um maior contato com o esporte, contribuindo no desenvolvimento educacional, cultural e social é uma meta que vem sendo cumprida. Além disso, o projeto incentiva a permanência do aluno em sala de aula, o que tem melhorado o seu rendimento escolar.

Mas, acima de tudo, a participação no Projeto é uma lição de vida.

Pelo desenvolvimento do Projeto “Da Rua para as Quadras”, receba o professor de Educação Física Sérgio Donizete Luciano (Rua Campo Mourão, 180, Bloco-C, ap. 13 - Alto Boqueirão - Ctba-PR) os votos de louvor do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 3540

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de parabenização à Milênia Agro-Ciências SA. pelo Certificado Internacional ISO 14000, concedido pela Deutsche Gesellschaft zur Zertifizierung von Managementsystemen mbH, da Alemanha.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente ao seguinte endereço: Milênia Agro-Ciência S.A. - A/C Dr. Osvaldo Pitol. Rua Pedro Antonio de Souza, 400 - Conjunto Eucalipto, Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

REQUERIMENTO Nº 3530

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente à Bancada Federal do Paraná, em Brasília/DF, sugerindo providências quanto aos efeitos da Resolução nº 456, de 29/11/2000, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Trata-se de reivindicação da Câmara Municipal de Londrina, que alega prejuízos de proprietários de pequenos imóveis de características rurais ou produtores

rurais, haja vista que a referida resolução autorizou as empresas de energia elétrica a cobrar de acordo com a localização do imóvel, ou seja, os imóveis rurais ou com atividade agrícola que se encontram em área urbana tiveram suas atividades inviabilizadas pelo aumento de 200% nas despesas com energia elétrica.

No expediente que enviou a este parlamentar, a Câmara Municipal de Londrina cita, como exemplo, “Hissao Furuta e sua esposa Yoshiko Furuta, que sobrevivem com renda de suas aposentadoria, que soma dois salários mínimos, e de ínfimo rendimento proveniente do cultivo de hortaliças na sua propriedade de 24 mil metros quadrados localizada na área urbana do município, mas com características eminentemente rurais (Rua Campo Grande, nº 119)”, ressaltando que “desde 1968 a energia elétrica desse imóvel era cobrada como de propriedade rural”.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 549/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Moradores e Produtores de Vila Floresta, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Moradores e Produtores de Vila Floresta, que ora encaminha para que seja declarada de Utilidade Pública Estadual, foi criada no dia 17.02.97, é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 02.905.054/0001-21, com a finalidade de desenvolver programas nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, visando a integração total da classe assistida à comunidade.

A instituição em apreço, além de defender os interesses da comunidade que assiste, desenvolve programas voltados às áreas da assistência social, da cultura, do esporte, e do lazer, contribuindo com órgãos públicos, entidades congêneres e demais segmentos organizados da sociedade, atendendo o disposto em seu estatuto.

Pelo exposto, e considerando que a instituição em epígrafe além de cumprir seus objetivos, cumpre também o que dispõe a legislação pertinente, proponho que a mesma seja declarada de Utilidade Pública.

PROJETO DE LEI Nº 550/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antônio, com sede e foro na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário dos Agricultores de Santo Antônio, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná, foi criada em 02.03.90, com o objetivo de desenvolver programas e projetos nas áreas da assistência social, da educação, da cultura, do esporte e lazer, entre outros, visando o desenvolvimento integral do ser humano. A Associação em apreço, é pessoa jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, e está registrada sob nº 127 - Livro A-01 de Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro Civil de Títulos e Documentos da Comarca de Palotina, e devidamente cadastrada no CNPJ nº 80.880.248/0001-23.

A Associação, além de desenvolver programas, visando a consecução de seus objetivos, coopera com organismos públicos e entidades congêneres, no desenvolvimento de programas, projetos e serviços de interesse comunitário, especialmente aqueles voltados às áreas assistencial e educacional.

Face ao exposto, e considerando o que a entidade em questão se propõe a realizar em prol das pessoas carentes e considerando ainda o que dispõe a legislação pertinente, solicito aos demais pares desta Casa o apoio irrestrito à aprovação da matéria em apreço.

PROJETO DE LEI Nº 551/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar programa de colocação de catadióptricos, tacha refletiva ou “olho de gato”, através do Departamento de Estradas de Rodagem - D.E.R., nas rodovias do Estado do Paraná com tráfego intenso e nos trechos que oferecem riscos aos motoristas.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

As rodovias do Estado do Paraná estão carentes de sinalização de trânsito que proporcionem maior segurança para os motoristas, causa principal dos acidentes automobilísticos durante à noite.

A visibilidade noturna é bem menor e é, ainda, mais prejudicada pelas condições climáticas (garoa, chuva, nebulosidade). Sendo assim, as tachas refletidas (olho de gato) são utilizadas com a finalidade de sinalizar locais de alto risco, orientando os motoristas.

Isto posto esperamos contar com o apoio dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 552/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os veículos do tipo Motociclo ficam isentos do pagamento das taxas de pedágio nas rodovias do Estado do Paraná.

Art. 2º - Os veículos de que trata o artigo 1º serão todos os que se movem sobre duas rodas: motocicletas, motonetas, vespas, ou quaisquer outros, independente de peso ou cilindrada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) TONY GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A justificativa do Governo do Estado ao ceder em concessão às rodovias paranaenses do chamado anel de integração para a iniciativa privada, foi a de que elas precisam de investimento na sua conservação.

Levando-se em consideração que os veículos do tipo motocicletas são veículos leves, e, portanto, representam um impacto quase insignificante sobre a pista de rolamento, causando um desgaste mínimo na conservação da referida pista, não vemos qualquer necessidade da cobrança de taxa de pedágio para os referidos veículos.

Este meio de transporte vem sendo utilizado, principalmente, para o transporte de pequenas distâncias - locomoção entre cidades mais próximas - salvo raras exceções, o que beneficiaria em muito a população do Estado do Paraná.

Pelas razões expostas, pedimos o apoio dos colegas parlamentares para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 553/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Luc Alexandre

Menard, diretor geral da Renault no Mercosul e presidente da Renault do Brasil.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

JUSTIFICATIVA:

- O Senhor Luc Alexandre Menard, nasceu em 03 de agosto de 1944, em Ruffigné (Loire-Atlantique', é casado e tem três filhos.

- Licenciado em Direito, especializou-se em Estudos Superiores de Direito Público, cursou o Instituto de Estudos Políticos de Paris, O Instituto de Administração de Empresas (França), a Escola Nacional de Administração (França), exerceu as seguintes funções:

- 1971 Auditor do Tribunal de Contas Nacional
- 1976 Vice-Prefeito - Secretário Geral de Aube
- 1977 Promovido a Conselheiro Referendário do

Tribunal de Contas

- 1978 Conselheiro Técnico do gabinete do Ministro do Interior, responsável por questões financeiras e problemas ligados às coletividades locais.

- 1981 Designado na Renault para ser o responsável financeiro pelas filiais européias

- 1984 Diretor Comercial da Região Rhône-Alpes-Auvergne

- 1993 Diretor da Europa Sul

- 1994 Diretor Comercial na França

- 1997 Diretor Geral da Renault no Mercosul e Presidente da Renault do Brasil

Condecorações:

- Cavaleiro da Ordem Nacional do Mérito

- Cavaleiro da Legião de Honra

- Cruz de Comendador da Ordem do Mérito da República Federal da Alemanha

- Comenda da Ordem estadual do Pinheiro - grau Grã-Cruz.

A Renault é um marco no desenvolvimento industrial do Paraná: em apenas 4 anos de presença no Brasil, já está implantando sua terceira unidade, num investimento total de mais de um bilhão de dólares; em dezembro de 1998 inaugurou a Fábrica Ayrton Senna; em 99 inaugurou a fábrica de motores e está construindo uma fábrica de veículos utilitários.

Portanto, a Renault, por seu presidente, Luz Alexandre Menard, é uma empresa que acredita no Estado do Paraná.

PROJETO DE LEI Nº 554/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a ceder, em comodato, os direitos de uso do imóvel situado na zona urbana do município de Terra Rica, matriculado no

1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Paranaíba, sob nº 19650, para ser utilizado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica.

Art. 2º - O imóvel a que se refere o art. 1º desta lei, será utilizado pela Prefeitura Municipal de Terra Rica, com a finalidade de instalar o Departamento Municipal de Saúde - Centro Integrado de Saúde.

§ 1º - A cessão dos direitos de uso a que se refere o *caput* deste artigo, será pelo prazo de 20 (vinte) anos, prorrogáveis, garantindo o compromisso de manutenção e recuperação das instalações do imóvel pela usuária.

§ 2º - O referido imóvel não poderá ser utilizado para outros fins, nem ser transferido a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito a cessão.

§ 3º - O município ficará responsável pela guarda, proteção e restauração do imóvel, bem como, pelas despesas e medidas necessárias ao fiel cumprimento do termo, abstendo-se do direito de ressarcimentos futuros relativos a benfeitorias produzidas no local.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa, através da cessão do referido imóvel ao município de Terra Rica, fomentar os relevantes serviços de saúde tão necessários aos munícipes, já que nele se instalará o Centro Integrado de Saúde.

Sendo a saúde dever do Estado, o presente projeto de lei visa que efetivamente o Estado venha cumprir essa função constitucional. E assim, proporcionar a melhoria de vida da comunidade local daquele município.

PROJETO DE LEI Nº 555/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Parolin, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A proposição em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário de Segurança do Bairro Parolin, que tem realizado excelente trabalho de atendimento à comunidade promovendo e contribuindo com a aproximação e integração da polícia com a comunidade local.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 556/2001

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as Instituições de Ensino Superior mantidas pelo Governo do Estado, obrigadas a reservar 50% (cinquenta por cento) das vagas em Cursos e Graduação para alunos oriundos da Rede Pública de Ensino do Paraná.

Art. 2º - A cota de 50% é garantida aos alunos que tenham cursado todo o Ensino Médio em instituição pública no Estado do Paraná, devidamente comprovado nos registros da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - O descumprimento desta lei constitui infração que será apurada pelo Conselho Estadual de Educação, através de processo administrativo.

Art. 4º - As penalidades administrativas a serem aplicadas pelo descumprimento desta lei, serão as seguintes:

I - advertência;

II - multa;

III - intervenção no estabelecimento.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.10.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

JUSTIFICATIVA:

O Paraná, historicamente, abrigou os povos das mais diferentes raças, culturas e credos. Nosso Estado recebeu graciosamente cada grupo que para aqui veio com o objetivo de construir nova vida. A pujança paranaense é fruto dessa diversidade, que foi amplamente integrada a um só Estado.

A inclusão social é o maior desafio para atingirmos a condição de País e Estado desenvolvidos. O progresso só existe se for distribuído entre todos os componentes de uma sociedade, por isso vários países tomam iniciativas de adotar políticas de inclusão social. Na atualidade o grande desafio é integrar comunidades menos favorecidas ao mercado de trabalho, dando-lhes oportunidades de ascensão social. O Paraná é a unidade da federação que mais investe em ensino público superior - temos cinco universidades e diversas faculdades estaduais. A adoção de cotas é uma forma de que as vagas abertas pelas instituições paranaenses sejam ocupadas primordialmente pelo povo do Paraná. Nada mais correto do que garantir uma cota mínima de vagas aos que cursaram o ensino médio em colégio público paranaense. Evidentemente a mudança do perfil da sociedade é um processo demorado, mas este é o primeiro passo para oportunizar o acesso da maioria dos nossos jovens à formação superior.

Dáí porque conto com a sensibilidade e apoio dos nobres colegas parlamentares, para aprovação imediata desta lei, por ser uma questão de ordem social.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, senhor deputado Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho nesta tarde usar a tribuna da Assembléia Legislativa, primeiro para dar encaminhamento a um requerimento de minha autoria. Nós temos informação de várias Câmaras de Vereadores, entre elas a Câmara de Londrina, dizendo que a Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, baixou uma Resolução, a 456/2000, onde, a partir do final do ano, ela está começando a cobrar as tarifas de energia elétrica no setor rural.

Então, as entidades rurais, os sítios, as chácaras que ficam perto de cidades, perto de perímetro urbano, passam, a partir de agora, a ser taxadas como se fossem urbana, e com isso aumentando em até 200% a tarifa de energia elétrica.

Então é um requerimento que eu coloco à Mesa, que seja encaminhado à bancada paranaense, no Congresso Nacional, para que tome as devidas providências, a nível federal e por isso eu peço o apoio dos senhores deputados.

O segundo assunto que eu trago é que no dia 19 estive visitando a cidade de Cascavel, com o nosso companheiro, ex-deputado, prefeito do PDT, referência do nosso partido, a nível estadual.

E eu tive a oportunidade, deputado Luiz Carlos Zuk, líder do nosso Partido, do lançamento de um grande projeto habitacional que o deputado Edgar Bueno está implantando na cidade de Cascavel. Ele está construindo casas de 40 metros quadrado, que estão sendo disponibilizadas para pessoas de baixa renda, principalmente as que moram embaixo da lona. É um projeto arcado 100% com recursos do município. São casas de baixo custo onde a família que está entrando na residência paga, aproximadamente, R\$27,00 de prestação. Se a família poupar R\$1,00 por dia, no final do mês ela poupar R\$30,00 e vai sobrar ainda R\$3,00.

Então é um projeto que eu quero trazer a esta Casa, para que fique nos anais da Assembléia Legislativa o projeto do nosso prefeito, ex-deputado Edgar Bueno.

Além da casa ter excelente qualidade, uma casa coberta com telha de barro, tem todo serviço de infraestrutura. Uma casa com água, luz e até rede de esgoto. E o mais importante é que, juntamente com esse assentamento urbano, juntamente com a possibilidade do povo de Cascavel ser proprietário de sua casa, também existe um acompanhamento social, feito pelo Provopar e pela prefeitura de Cascavel. Em caso de separação do casal, consta também no contrato da casa, a preferência para

morar na residência é da pessoa que ficar com a guarda dos filhos.

Então, é um projeto social, um projeto que está vendo também a entidade familiar. E se o casal não tiver filhos?

Se o casal não tiver filhos, também o nosso prefeito pensou na hipótese: a casa fica para a mulher.

Então, eu quero deixar registrado e parabenizar o grande projeto que Edgar Bueno, ex-deputado, prefeito de Cascavel, está implantando naquele município.

São trinta casa já entregues, e até o final do ano mais 480.

Muito obrigado, senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Encaminhei, nesta Casa de Leis, um projeto criando o Conselho Estadual da Agricultura Orgânica do Estado do Paraná e tive a felicidade de ver aprovado nesta Casa, mas infelizmente o Governo do Estado vetou esse projeto extremamente importante para o nosso Estado.

Quando falo da agricultura orgânica, eu gostaria de citar alguns dados que trouxe aqui, onde colocam para nós como está a produção orgânica do nosso Estado.

Num levantamento feito pelo Departamento de Economia Rural, temos aqui que a safra de 2000, 2001, tivemos uma produção de alimentos orgânicos, na questão do soja foram 11.537 toneladas; milho, 3.748; trigo, 413; feijão, 33; açúcar mascavo, 7.322; frutas, 5.576 toneladas e ainda tivemos a questão da mandioca, hortaliças e isso demonstra que o nosso Estado e os nossos agricultores estão trabalhando a questão da produção orgânica.

E quando eu cito isso, falo da importância que seria para nós esse Conselho Estadual.

Essa já foi uma reivindicação de várias entidades que trabalham com a produção, mas a transformação e a comercialização dos produtos orgânicos.

Infelizmente o Governo do Estado, vetou e eu acredito que em breve estaremos votando esse veto do Governo, e eu gostaria de pedir aos deputados o apoio para que a gente derrube esse veto, para que a gente possa implantar no Estado do Paraná esse Conselho Estadual da Agricultura Orgânica.

Temos a certeza que vai beneficiar, em muito, os agricultores do nosso Estado que trabalham a produção orgânica.

Cito também um levantamento do IBGE, que faz da safra 98/99, onde coloca o nosso Estado como aquele que mais consome agrotóxico no País. Isso significa que em 98/99 o Estado do Paraná utilizou 42.000 toneladas de agrotóxico.

Esse é um dado bastante alto, que nos assusta, pois a gente se alimenta dos produtos que sofrem o uso do agrotóxico, vêm contaminados.

Também foram notificados 30.000 casos de intoxicação no nosso Estado durante a safra 98/99. Então, são dados que assustam, deixa uma grande preocupação e por isso que vem a importância da implantação desse Conselho Estadual da Agricultura Orgânica do nosso Estado.

Gostaria também de citar um dado que foi publicado pelo BNDS, onde mostra que em cada 1 milhão de reais investidos no agronegócio, são gerados 118 empregos diretos e 21 indiretos. Na agropecuária, a cada um milhão investido, são gerados 88 empregos diretos e 25 indiretos.

Agora, um dado na indústria automobilística, passem, senhores deputados, um milhão de reais investido rende apenas dois empregos diretos e dezessete indiretos!

Cito a importância do Governo do Estado do Paraná investir na nossa agricultura. Mesmo não sendo valorizada ainda, gera muitos empregos no nosso Estado do Paraná e é responsável por 52% das exportações.

É importante analisarmos os dados, o quadro da nossa agricultura e, quando for aqui votado o veto do governo ao projeto que cria o conselho da agricultura orgânica, que levemos em conta os dados que temos criando o Conselho Estadual da Agricultura Orgânica.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Ainda no Pequeno Expediente, o deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Infelizmente continua a irresponsabilidade total em relação à venda da Copel.

Vejam que, três grupos se apresentam para disputar a Copel: Vale do Rio Doce juntamente com a Votorantin, num grupo só; Tractbel possuidora da Gerasul e um grupo chamado pelo senhor Jorge Leman especialista em criar participações, comprar empresas, revendê-las, retalhá-las. O que é pior, imaginem se o que consta hoje nos jornais for verdade, que essas três empresas querem entre elas fazer um acordo para comprar, as três juntas!

O deputado Valdir Rossoni que já tem a Tractbel como dona do Salto Osório e da outra empresa da Gerasul, Salto Santiago no Rio Iguaçu, vai ter a Tractbel dona do Rio de Janeiro de cabo a rabo. Vamos ter uma empresa belga transformando o Rio Iguaçu num congo-belga, porque vai ficar dona de todo Rio Iguaçu. Não teremos mais o problema de uma ou duas empresas discutindo quanto é que deve ser a cota do Rio Iguaçu. É a mesma empresa, ela administra sozinha todo o Rio Iguaçu.

Independente de tudo isso, os compradores que desejam e têm interesse em comprar a Copel pedem, através de requerimentos à comissão de licitação, e está estam-

pado no jornal Folha de São Paulo, que eles desejam adiar o leilão da Copel.

Por que desejam adiar? Por que são bonzinhos? Não! Porque estão em dúvida se devem participar deste leilão por uma série de razões. Como a Tradener que ontem teve o seu contrato de distribuição de energia suspenso pela Justiça.

Continua o festival de irresponsabilidades com relação ao leilão da Copel.

Os próprios compradores pedem adiamento. Entra agora na parada da compra da Copel um senhor chamado Jorge Lemen, especialista em fazer compras para grupos estrangeiros e para revender, retalhar as empresas e depois revendê-las, aos pedaços.

Já há por parte desses pretensos compradores a tentativa de um acordo, para saber quem fica com o quê; e o preço que deverá ser pago pela Copel, deverá ser o preço mínimo, quando muito, ou seja, não chegaremos a dois bilhões de dólares na venda da Copel.

Então, tanto se falou em ágio, se falou em ganhos monstruosos. Tanto isto não era verdadeiro, que hoje os próprios compradores desistem da aquisição. Aqueles que restam, fazem um grupo, tentam se unir para dividir a Copel em pedaços e pagar o menor preço possível.

Entra no negócio um grande picareta para fazer da nossa Copel, deputado Waldyr Pugliesi, uma outra empresa, como fizeram, por exemplo, com a ALL, hoje, até motivo de uma CPI desta Assembléia, que vem um banco, compra uma empresa férrea da importância que era a nossa rede paranaense ferroviária, a nossa rede ferroviária, e hoje está aí totalmente dilapidada, totalmente entregue.

E o que é pior, quando viramos a página, na outra está o senhor governador, dizendo que o leilão da Copel não vai ser adiado de forma alguma.

Ora, senhores, parece-me que essa teimosia, essa insistência está totalmente descabida. Não sei quem aconselha o senhor governador, mas está fazendo de forma improcedente, de forma inconseqüente e o que estamos podendo observar é um verdadeiro desatino para que se cumpram determinados compromissos que não conhecemos!

O pior é isso, senhores deputados! Não conhecemos! Quando perguntamos e queremos perguntar, fazer com que a Mesa Executiva disponibilize, inclusive condições para que possamos investigar melhor. Não conseguimos aprovar um requerimento nesta Casa, porque sistematicamente se diz que não se deve investigar este assunto.

Ora, senhores, os alertas estão feitos desde todos os deputados desta Casa: a desistência dos compradores, dos interessados.

Senhor presidente, se V. Exa. puder disponibilizar o Horário de Liderança do PPS, agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

V. Exa. usa o horário do PPS.

O SR. MARCOS ISFER

Muito obrigado pela deferência, senhor presidente.

Então, vejam os senhores, os deputados desta Casa alertaram: os compradores que eram virtuais compradores, que falava-se num super ágio, a venda da empresa seria por doze bilhões, todos esses sumiram, desistiram, caíram fora do leilão!

Restam no momento três empresas; dias tentando se compor entre si para que uma fique com a geração e a outra com a distribuição, ou que façam um negócio entre si para entrar com o preço mínimo. E um terceiro comprador, que é um oportunista, que vem agora de última hora, forma grupo, vem falar em nome de fundos e pensões, que vai levantar recursos, mas que na verdade, sabemos que nada mais quer do que compor junto às outras duas empresas para fazer um grande negócio, mais apenas um negócio e não um tratamento e exploração de energia!

Esses compradores mais sérios, vêm e pedem o adiamento do leilão da Copel.

Está aqui a palavra do senhor Mauricio Bahr, presidente da Tractbel: “Sem o adiamento, a chance do leilão da Copel é próxima de zero”.

Vem o senhor José Said de Brito, diretor da Votorantin Energia: “Só faremos uma proposta com o adiamento do leilão”.

E entra um “picareta” que talvez seja quem acabe até fazendo algum tipo de “mumunha” para dar algum lance na Copel, que é esse GP que chega de última hora.

Ora, senhores, será que já não bastam os alertas, será que já não basta a posição de pessoas como o senhor Francisco Gro, presidente do BNDS, que vai aos jornais dizer que não é o momento de se vender a Copel?

Será que não basta o alerta de todos os financistas internacionais que dizem que este, além de tudo, é o pior momento?

Porque se não bastarem os alertas da população paranaense, que diz que não desejam a venda; dos senhores deputados desta Casa, junto com o fórum popular, dizendo que não desejam a venda; de um juiz suspendendo o contrato da Tradener porque o contrato é ilegal, e formulado de forma ilegal; vêm os financistas internacionais e os próprios interessados em comprar, dizendo que tem que haver um adiamento.

E ninguém escuta! Estamos falando para alguém que chegou ao poder e ficou surdo, deputado Cezar Silvestri!

O Sr. Cezar Silvestri

Permite-me um aparte, deputado?

(Assentimento)

Deputado Marcos Isfer, li também atentamente essa matéria da Folha de São Paulo, mas o último parágrafo me chamou a atenção; O senhor Said de Brito, que

é diretor-comercial, do Grupo Votorantin, dizia o seguinte: “A Copel interessa para a Vale e para o Grupo Votorantin, como investimento. E porque pode fornecer energia para as empresas do grupo.”

Se nós fizermos uma análise, qual a garantia que terão os consumidores paranaenses, se um grupo desses comprar?

A declaração do próprio grupo, é de que ele está interessado na geração. A distribuição já não interessa mais! Está interessado na geração, para garantir energia para o seu próprio grupo! Privado! Particular!

O consumidor, fica de lado!

Ou seja, mais uma vez, todos os argumentos do governo caem, e todos os alertas que os deputados da Oposição e os deputados que são contra a venda da Copel, de forma geral, viram fazer, estão se concretizando.

Todos os alertas! O grupo que ficar, se for estrangeiro, logicamente, que o interesse único é no lucro.

E agora, vem um grupo nacional que diz que tem interesse na energia para o seu próprio grupo, esquecendo que a Copel tem um fator importante, social, no desenvolvimento econômico e social do Estado!

O consumidor paranaense, eles não falaram no consumidor paranaense! Eles vão pegar a energia, vão colocar no linhão, ou vão construir uma linha específica para atender suas próprias indústrias, e o consumidor paranaense ficará sem assistência dessa empresa que é modelo do Brasil e que com certeza teremos aí, aumento de energia, déficit no fornecimento, racionamento, e com certeza, o Paraná vai viver também o drama dos apagões, se isso se concretizar.

O SR. MARCOS ISFER

Veja V. Exa., que ironia do destino.

Imagine a Vale, a Votorantin, a Tractbel comprando, porque aqui eles falam inclusive, que as participações só serão definidas após o acerto entre a Vale, a Votorantin e a Tractbel. Então, tudo é um grande acerto entre eles, os pseudo-compradores. E vejam só os senhores, que coisa mais interessante.

Deputado Cezar, o senhor já imaginou a Vale, a Votorantin, para passar energia da Copel para as suas indústrias, pagando 2% de comissão para a Tradener?

Acho que vai ficar até gozado. Acho que vai ser até hilário. Acho que vai ser algo surrealista, deputado Waldyr Pugliesi! Imagine o senhor, para usar um produto seu, pagar comissão a alguém para usar o que é seu!

Então é esta a grande embrulhada em que a Copel está envolvida, é este grande negócio que o senhor Ingo tenta fazer dentro do Estado do Paraná e tenho denunciado isto desde o primeiro momento, que nós não podemos admitir!

É quando peço para investigar a Tradener, quando nós pedimos para que o senhor Ingo venha a esta Casa para explicar como é que foi feita a avaliação da Copel,

que valores são estes, que contratos são esses, como é que as coisas estão sendo feitas, de que forma se imagina.

Porque vejam os senhores, falava o senhor Ingo que tinha que vender a Copel como um todo, senão ela perderia valor. Hoje ela está sendo vendida a preço mínimo, para ser vendida, para ser partilhada, para cada um ficar com um pedacinho do seu interesse.

Ora, senhores! É querer chamar a todos nós, deputados, de ignorantes, de tolos, de pessoas que não conhecem a realidade. E isso, tenho certeza, esta Assembléia não pode aceitar.

Então por que é que quando pedimos que o senhor Ingo venha a esta Casa prestar esclarecimentos, a Bancada do Governo não deixa aprovar? Por que é que quando pedimos para investigar através de uma Comissão Especial de Inquérito ou através da Mesa Executiva desta Casa os contratos, os desmandos praticados entre a Copel e a Tradener, a Bancada do Governo não deixa aprovar?

Ora, senhores! Nós queremos passar a nós mesmos um atestado, amanhã ou depois, perante a população brasileira, de que fomos relapsos, incompetentes e deixamos que a Copel fosse esfrangalhada, nos nossos olhos!

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK

Senhor presidente e senhores deputados. Nós que fazemos parte da Comissão Especial de Investigação que diz respeito às Universidades Estaduais do Paraná, quero aqui dizer que em uma reunião que tivemos com a presença do secretário Ramiro, das informações que ele nos passou e das perguntas que ali foram formuladas pela Comissão.

Nós que somos professores e que sempre defendemos a educação, pedimos mais cursos para o Governo do Estado do Paraná, pedimos extensões, ampliações. Eu queria dar, aqui, o testemunho do avanço do ensino superior no Estado do Paraná, um avanço reconhecido inclusive por parlamentares de Oposição nesta Casa.

Nós aqui, o Governo do Estado do Paraná, os investimentos que foram feitos pela administração do Governo Jaime Lerner. Só para se ter uma idéia, senhores deputados: em 1994, a Universidade de Londrina recebia 29,3 milhões por ano; em 2001, os recursos chegam a casa dos 114 milhões. Total que o Governo investe nas Universidades, chega a casa dos 301 milhões de reais.

E nós fazemos a seguinte pergunta: um Governo que investe tanto na área do terceiro grau, o curso de ensino superior, e nós vemos as greves deflagradas nas Universidades?

Alguma coisa está errada! O que nós vemos é o Governo que é culpado, são os governos, são os deputados que defendem o governo nesta Casa, porque não brigam por reajustes!

Mas, senhor presidente, o que precisamos fazer através dessa Comissão? Dirigir-mo-nos às Universidades, principalmente àquelas que tiveram as denúncias efetuidas, como a Universidade de Londrina, a Universidade de Cascavel, para que tenhamos conhecimento do gerenciamento dos reitores e da Comissão que é indicada por eles, porque muitas vezes não adianta só o Tribunal de Contas fazer a fiscalização, porque ele também não tem acesso a muitos documentos, porque não sabe quem está recebendo ou quanto está recebendo um professor.

Então, o que acontece? Nós precisamos fazer essa investigação, porque não é possível a autonomia das universidades e muito menos o secretário ter o conhecimento de quantos e quais são os cargos e quanto que percebem. O que nós podemos saber das universidades, e isso é no meu entendimento, senhor presidente, senhores deputados, é saber se professores que ganham três mil quatrocentos ou quatro mil e quatrocentos estão em sala de aula, ou se estão no Japão, ou se estão na Espanha, onde estão, porque muitas vezes nós vemos fazendo greve aquele pequeno, incentivado pelos maiores. E com tanto dinheiro que é repassado pelo Governo do Estado do Paraná, e que sem sombra de dúvida é um avanço nas universidades do Estado do Paraná, nós temos que fazer a fiscalização, para ver, porque não adianta o Conselho das Universidades, que são apadrinhados muitas vezes dos reitores, indicados por eles, para eles aprovarem as contas ou as contratações.

Portanto, senhor presidente, o que eu quero aqui deixar registrado é que nós precisamos ter realmente o conhecimento e fazer essas verificações para que possamos colocar à população se muitos reitores estão abusando da autonomia que eles têm de administração nas universidades do Estado do Paraná.

E não podemos ficar calados, porque trezentos e um milhões é dinheiro! Trezentos e um milhões/ano, é dinheiro e é muito dinheiro que o Governo tem repassado às universidades do Estado do Paraná. Um exemplo de outras universidades que sofreram de 1994 até o ano 2001 mais de 300% foi o aumento que o governo concedeu em repasse de recursos.

Portanto, essa Comissão que eu faço parte, que tem o deputado Fernando Ribas Carli, que tem o deputado Vanhoni, que tem o deputado Moysés Leônidas, Antonio Carlos Belinati, que tem também o Divanir Braz Palma, nós devemos, sim, fazer essa verificação e colocar à população, colocar ao estudante deste Paraná e mostrar que o Governo está fazendo a sua parte.

Vamos fiscalizar para ver se os reitores estão administrando corretamente esses recursos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Nós vemos que o ilustre deputado Nelson Tureck levanta uma das questões que realmente o Governo do Estado está falhando. Falhando no resgate daquele bom ensino que, acredito, a maioria desta Casa dele utilizou-se, como nós que freqüentamos a Universidade Estadual de Ponta Grossa e tivemos a felicidade de possuir um curso superior, como muitos dos nossos colegas deputados.

Sabemos perfeitamente bem que o Governo do Estado está falhando com as nossas instituições maiores de ensino, não é tão somente aquele número divulgado pelo ilustre deputado Nelson Tureck que vai sanar a defasagem que se encontra o ensino universitário de todo o Paraná! Nossa Universidade de Ponta Grossa, a de Maringá, a de Londrina, a Unioeste, enfim, todas as instituições, as cinco maiores, bem como as faculdades isoladas, falta, além do preenchimento de professores nos diversos cursos que ali estão implantados, material para que os alunos realmente tenham condições do aprendizado necessário. Falta, enfim, uma ação maior do Governo do Estado, que abandonou o ensino universitário há muitos e vários anos. Não é tão somente na reivindicação salarial que está defasado. O ensino está sucateado em solo paranístico. E o secretário Ramiro tem se esquivado das reuniões propostas, mesmo por aqueles docentes e discentes que se encontram na sala de aula, como é o caso de Ponta Grossa, que estava em greve. Paralizou-a, voltando às aulas, para ter a oportunidade do diálogo, da apresentação de proposta e, principalmente, da espera de soluções, e mesmo assim o nosso reitor da Universidade, Roberto Frederico Meri, não é atendido.

Não é a falta de capacidade, ilustre deputado Nelson Tureck, é a falta de oportunidade do governo em desenvolver um ensino universitário de alcance, para os nossos filhos e às futuras gerações desse Paraná.

O governador falha também no ensino médio, através daquilo que é reivindicado e até em propostas assinadas no Palácio Iguaçu e não cumprida por parte do governo. Nem acordos assinados ele cumpre.

Os professores, em tão boa hora, retornaram às salas de aula, mas têm na oportunidade futura, a cobrança a ser efetivada pelo compromisso assumido e não cumprido.

Venho também, senhor presidente e senhores deputados, dizer de que, nesta Casa recebo o movimento de funcionários do plano de cargos e salários, que está estampado, em um dístico, que chegou às nossas mãos, que está, aqui, neste Poder Legislativo, que acredito que a Mesa Executiva, já de pedido feito, pela nossa pessoas e por outros deputados, haverá de ser ele, realmente atendido dentro daquelas pretensões que fazem valer a razão maior da funcionabilidade deste Poder, que é um salário justo e condizente à sobrevivência dos nossos funcionários.

Outro assunto, senhor presidente, senhores deputados, é com referência à venda da Copel. Tivemos nesta Casa a presença de inúmeros debates, entre eles, de que a

Copel seria vendida, para sanear a Previdência do nosso Paraná.

Hoje, vemos estampado, se o governo não pagar uma dívida de 505 milhões, caucionadas por ação ou ações da Copel, o Banco Itaú se tornará majoritário, dentro da Copel!

O governo do Estado tem mais um motivo, senhores deputados, para enfrentar nesta eleição do próximo dia 31. Se ela for adiada, por decisão da Justiça, corre o risco, o nosso Paraná de que o Banco Itaú assuma o controle acionário da estatal, coisa que não falaram até o dia de hoje. Até o ilustre José Maria Ferreira, que alertava nesta oportunidade, que isso iria ocorrer, do racionamento das ações da Copel, quando da nova negociação, feita pelo banco, eles entregaram 70 bilhões de ações, das 100 bilhões de ações ordinárias da Copel, que irão a leilão, no próximo dia 31.

A situação ainda se complica mais, senhores deputados, muito mais, porque outras oitenta ações na Justiça questionam o processo da privatização! Para pagar esta dívida do caucionamento das ações, o governo do Estado, tem que pagar ao Banco Itaú, 505 bilhões. O contrato firmado em 88, cujo primeiro vencimento foi no ano passado, acabou sendo renegociado e não contado a esta Casa e nem ao Paraná, omitiram essa informação.

Nessa nova negociação, fez com que os 24 bilhões de ações ordinárias que nós caucionamos com o Banco Itaú se tornassem hoje em 70 bilhões de ações, caucionadas no Itaú, fazendo com que tudo que foi feito em termos da Copel, fosse mentira. A verdade está sendo restabelecida, está sendo apresentada, a imprensa será divulgada e eles não conseguem segurar mais!

Parece-me que os banheiros do Palácio Iguaçu tem fila de gente porque não têm mais nem a condição um sistema nervoso abalado e fazendo com que o Paraná seja mais uma vez, ilustre presidente, penalizado pela venda da Copel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

No pequeno Expediente, deputado Sérgio Spada.

No grande Expediente, deputado Pastor Edson Praczyk.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

O deputado Pastor Edson Praczyk abre mão do Grande Expediente. Eu havia me entendido com o deputado presidente Hermas Brandão de que nesse horário falaria o Dr. Pinghelli, que se encontra na Casa e eu peço a sua anuência para que ele possa usar a tribuna no horário do Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A questão de ordem levantada por V. Exa. nós colocamos à disposição do Dr. Pinghelli, o tempo da Liderança.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu agradeço em nome da bancada de resistência à venda da Copel.

Trata-se de um dos grande técnicos que nós temos em nosso País e seria bom ouvi-lo nas suas ponderações.

Muito obrigado!

O SR. PINGHELLI

Eu agradeço muito ter essa oportunidade de me dirigir aos senhores deputados para um assunto de tanta importância.

Creio que a questão de privatizar a Copel pode ser discutida, não se trata, a meu ver, de colocar apenas uma contra outra, privatizar ou não privatizar a Copel.

Eu manifesto uma opinião de que uma empresa desta, a melhor empresa elétrica do Brasil, que tem um valor estimável para a população deste Estado e dada a sua capacidade de geração a muito baixo custo também para os Estados vizinhos e Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ela deve ser estatal, mas eu respeito quem tem opinião contrária e que se possa preparar, pensar em alguma forma de, garantindo essas vantagens comparativas do Estado, pode mudar o controle dessa empresa, mantendo entretanto como empresa pública de interesse do Estado.

A questão que me parece mais grave é o momento. O Brasil está numa crise de energia elétrica, nós não sabemos qual vai ser o preço da energia elétrica dentro de dois anos, a entrada das termelétricas a gás natural que vão dirigir o preço da energia; significa o dobro da tarifa de geração. O custo do gás natural está amarrado ao dólar e a importação da Bolívia, o que o torna irreal, muito caro, na nossa moeda.

Então, nós não podemos projetar o futuro, há uma conturbação, vivemos uma crise, a principal área do país, o Sudeste e o Centro-Oeste em termelétrico, está sob racionamento. Mesmo que se resolva nos próximos meses o atual racionamento, ele permanece como um risco calculado para os próximos dois anos, porque os reservatórios estão muito baixos, eles melhoraram um pouquinho, mas não o suficiente para garantir a energia.

Ora, como calcular o fluxo de caixa descontado dessa empresa? Não há como atribuir um valor à Copel neste momento, não há como privatizá-la de maneira honesta.

O aspecto sério é a presença de duas empresas por razões completamente diferentes habilitadas nesse edital de privatização. Um dos casos trata-se de uma falta absoluta de ética. A Tradener por aquilo que já está hoje divulgado, inclusive reconhecido na Justiça, opera com a Copel, revende energia da Copel e tem entre os seus controladores pessoas da equipe do Governo do Estado, até pouco tempo. Isto configura uma absoluta falta de ética e de honestidade: o Governo do Estado vender a empresa por ele controlada para um grupo muito ligado a ele. E uma empresa completamente incapacitada, uma empresa de corretagem de energia, que não gera energia, que não

tem capacidade técnica. Isso macula completamente o processo por uma questão de licitude, de liquidez.

A outra empresa que, por razões completamente diferentes não podia estar presente, é a Tractbel. Ela é idônea, é tecnicamente competente, poderia participar de uma privatização, mas não da Copel, na sua área. O princípio desse modelo que não deu certo, vivemos uma crise pelo modelo, que tem que ser corrigido mas o princípio basilar dele é diverticalização.

Por que privatizar? Para estimular alguma competição e a empresa geradora da região, a Gerasul controlada pela Tractbel, vai ser diretamente ligada à empresa distribuidora do Paraná, a mais importante e, também, geradora Copel. A Tractbel terá o monopólio revertendo completamente a energia no Paraná, como nunca foi. Por quê? Sempre a Eletrosul foi federal, sempre a Copel foi estadual, com dois poderes distintos cuidando da distribuição da geração.

Então a Tractbel não pode estar presente. Isso é contra os princípios do modelo que levou à privatização.

Finalmente, respeito o Judiciário, como respeito o Legislativo, os senhores deputados estão aqui no exercício do seu dever com um problema difícil, que é decidir sobre questões como a da Copel.

A meu ver, ela não deve ser privatizada.

Ser privatizada neste momento, entretanto, é um absurdo, não há como atribuir valor, não há como fazer fluxo de caixa descontado seriamente com a incerteza do preço da energia e, não há também como admitir um processo com a Tradener e a Tractbel dentro das habilidades.

A Justiça, que também respeito tem, como toda a comunidade profissional, grandes elementos, orgulhos da tradição jurídica brasileira, inaugurada com Rui Barbosa, internacionalmente reconhecida, mas vamos lembrar que há também o juiz Nicolau na Justiça brasileira.

O processo de decisão sobre as questões a respeito da Copel inspira uma desonestidade de juízes que podem estar corrompidos pelo poder econômico dessas empresas e pela pressão do Governo.

Coloco em desafio esses juízes que estão em absoluta contradição.

A ciência do Direito não é de fato uma ciência como Física ou Química, é uma hermenêutica que depende de interpretação. Temos que respeitar interpretações diferentes. Mas, se eu aqui nesta tribuna sacar uma arma e matar um dos senhores, ninguém pode interpretar que não matei.

Portanto, sentenças judiciais tendenciosas e desonestas devem ser condenadas publicamente, como estou condenando, aqui. Levanto a suspensão de decisões judiciais que podem estar corrompidas pelo poder econômico e pelo poder político. Isso tem que ser levado adiante com a Tractbel presente e essa Tradener, e um valor indefinido pela incerteza do mercado de energia elétrica. Se um juiz decidir em caso contrário, levanto a sua suspeição de desonestidade aqui e desafio que venham contra mim!

Obrigado.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Quero manifestar a minha gratidão à Presidência pela decisão que tomou em permitir que o Dr. Pinghelli pudesse falar a esta Casa que ouviu há dias e há meses, críticas quanto ao processo de venda da Copel, não poderia hoje deixar de ouvir um dos maiores físicos que tem a sociedade brasileira e veio com a condição ímpar, sem atacar ninguém, e sim, o processo.

Por isso, o meu agradecimento à decisão que V. Exa. tomou.

O SR. WALDYR PUGLIESI (Pela Ordem)

Senhor presidente, não posso deixar de registrar aqui na Assembléia Legislativa, que é um palco de debates, a deliberada ausência dos deputados do governo.

Uma das figuras mais ilustres de toda a Nação comparece aqui com a posição dele, que deixou bem claro, todos podem discordar dela, mas alinhou como nós temos alinhado, ao longo de todos esses meses, os argumentos contra a venda da Copel.

É uma posição que quero registrar. Isso não faz bem ao Parlamento. Quem não tem capacidade para ouvir, num momento deste, não está engrandecendo o regime democrático que temos.

V. Exa., senhor presidente, quando saiu da presidência da Casa e foi às ruas para receber documentos com milhares de assinaturas que queriam aqui dentro o projeto de iniciativa popular, no meu entendimento, V. Exa. levantou o Poder Legislativo. V. Exa. se engrandeceu e não é hábito meu, senhor presidente, recriminar ninguém. A Bancada do Governo tem todo o direito de ser deselegante e deseducada, no nosso entendimento.

Uma figura nacional, respeitadíssima, com argumentos dos mais sólidos, não faria mal nenhum, perdoe-me, líder do Governo, que V. Exas. estivessem aqui para dizer a esse grande brasileiro Luiz Pinghelli Rosa, que vocês estão cheios de argumentos que se contrapõem àquilo que ele veio colocar nesta Casa.

Perdoem-me, mas neste momento eu quero registrar, e não falo como líder das Oposições. Falo como um simples deputado, para registrar a retirada dos deputados que querem vender a Copel.

Não sei que mal haveria, pela posição que tenho, se tivessem ficado aqui.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, essa falta de respeito de alguns que estão sentados na tribuna de honra, que não deveriam estar sentados porque honra parece que não têm, porque não sabem respeitar um parlamentar...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito àqueles que nos visitam que mantenham as suas condutas dentro das normas regimentais.

O SR. DURVAL AMARAL

Quero dizer que fizemos uma manifestação de respeito aos demais deputados desta Casa e ao ilustre visitante.

Não concordamos com a cessão do Horário da Liderança ou do Horário do Pequeno Expediente ou do Grande Expediente, até porque tínhamos oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente, e não é regimental ceder o Horário das Lideranças para aquele que não seja parlamentar.

Por respeito ao visitante simplesmente não derrubamos a Sessão e não questionamos a sua decisão, por respeitar V. Exa. Em nenhum momento questioneei essa decisão. Mas não posso, com todo respeito que devo ao nobre deputado Waldyr Pugliesi, que ele faça juízo de valores sobre a condução, ou sobre a decisão dos deputados que dão sustentação política ao Governo. Poderíamos simplesmente ter protestado e não ter admitido que esse ilustre cidadão, ilustre visitante, que foi à tribuna pudesse sequer usar a palavra, porque isso não é regimental. Não está no Regimento. Não houve requerimento votado nesta Casa. E nós, de maneira educada até, para não contestar o presidente da Casa, que tomou uma decisão, aceitamos isso.

Agora não posso também aqui divulgar ou colocar em xeque as decisões do Poder Judiciário do Paraná, que merece respeito. E não é cidadão de outro Estado, ou de outro País que pode vir aqui, no meu Estado do Paraná, afrontar o Poder Judiciário do Paraná. E nem tampouco fazer juízo de valores sobre esta ou aquela outra empresa.

Então para não contraditá-lo, nós não estivemos aqui.

Agora com todo respeito, deputado Waldyr Pugliesi, não é regimental o que houve naquela tribuna há poucos minutos atrás. Não tomamos outra decisão por respeito a esse ilustre cidadão, porque havia um convite do deputado José Maria, para que ele aqui estivesse. Não quisemos constrangê-lo publicamente e só fazemos isso neste momento em função das palavras que o ilustre amigo, a quem respeito e admiro, deputado Waldyr Pugliesi, pronunciou nesta Casa, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Horário da Liderança do PDT, o senhor deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, ilustre físico da Sociedade Brasileira da Ciência, doutor Pinghelli Rosa, presidente do Fórum, aqui, tendo assento na tribuna de honra desta Casa, ex-deputado Nelton Friedrich.

Não tenha dúvida, como disse o próprio doutor Pinghelli; a questão da Copel é uma questão bastante polêmica. E de primeiro plano quero agradecer a Presidência pela cessão do horário ao doutor Pinghelli. E tam-

bém agradecer à Liderança do Governo por não ter derrubado a Sessão, o que tornaria esta Casa o fechamento à discussão e fechamento aos ouvidos daqueles que pudessem trazer para nós alguma luz diferente daquela que estamos colocando nesta Casa há meses.

Mas quero também afirmar, não era para que num momento tão importante da vida paranaense, deputado Ademir Bier, quando estamos à véspera da entrega do melhor patrimônio do Paraná, deputado Pessuti, esta Casa estivesse vazia e estivesse ausente da grande discussão, estivesse amorfa, não tivesse forma, não tivesse postura, não tivesse como reagir. É melancólico ver como se encaminha a partir desta Casa, a venda da Copel.

Mas ela vem, deputado Edno Guimarães, com um complicador muito mais sério. Fora aqueles que o doutor Pinghelli colocou, aqui, da inoportunidade, da necessidade de ter a matriz hídrica para fazer o mix da matriz termelétrica, porque sem o mix da matriz hidráulica nós não conseguimos viabilizar a termelétrica, aqui afirmado ontem, por nós, afirmado hoje pelo doutor Pinghelli, reafirmado no pronunciamento do deputado Marcos Isfer, as mesmas condições.

Das 11 empresas que se apresentaram, no data room, apenas duas estão ficando, na verdade. Está ficando a empresa Tractbel, empresa belga, que, com certeza, nós estamos fazendo um exercício de futurologia, mas que isso vai acabar concluindo, nessa situação. A empresa Tractbel vai fazer parte do Consórcio Maromba que compreende a Vale do Rio Doce e a VBC, Votorantim, Bradesco e Camargo Correia, ficando as três em uma só concorrente. E aí não teremos concorrente porque a AGP não é empresa para fazer um investimento dessa ordem, dessa grandeza.

E nós estamos vendo, senhor presidente, a Copel sendo entregue, se isto não for sustado pela Justiça, por um valor não mais do que 1 bilhão e 750 milhões de dólares, este vai ser o quadro final. E tenho certeza que o Governo também não queria estes valores, mas é um momento inoportuno! Tão inoportuno que é, que o mercado diz e aventa sérias possibilidades de não realizar o leilão, porque o mercado tem dúvidas se consegue realizar o leilão, dia 31. Os próprios concorrentes pedem ao Governo que dê prazo para que possam ter uma visão maior e saber como é que vai se comportar o mercado internacional!

O Pinghelli falou aqui de fluxo, nós não estamos tendo como avaliar, como também não tem como avaliar o que está nos próximos meses, nos próximos anos a energia e qual será o fluxo de inversão. Por isso, não se poderia jogar, neste momento, a Copel no balcão, a preço de liquidação! Porque, com certeza, nós teremos, nos próximos anos, reajustes pesados na área de energia! E quem vai pagar, politicamente, isto? Serão os senhores deputados e o governador Jaime Lerner que realizaram a venda! Independente ou não da venda, os reajustes serão feitos, mas politicamente, aqueles que autorizaram a venda vão pagar o preço histórico dessa entrega!

Por isso, hoje eu ia falar do Banestado, mas não poderia deixar de falar aqui da Copel, ainda mais depois da presença do doutor Luiz Pinghelli Rosa em nossa Assembléia, e espero que a Justiça do Paraná e a Justiça brasileira tenham condições de fazer com que a Copel continue sendo uma empresa pública, a empresa do interesse do nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

No horário do PMDB, concedo a palavra ao deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, rapidamente, duas questões preliminares, e na seqüência, algumas considerações sobre a Copel.

A primeira é fazer um apelo aos senhores deputados que estão presentes nesta Sessão, que possamos permanecer e votar a Ordem do Dia de hoje, em especial o Projeto 431 do deputado Valdir Rossoni, que trata, justamente, de nós nos ajustarmos à questão do ICMS do leite e de alguns outros setores da agroindústria do Paraná.

É uma reivindicação de todo setor produtivo, e nós estamos acompanhando isso com muito interesse, acompanhando de perto, junto aos produtores, Associação de Criadores, Federações, Cooperativas, indústrias de laticínios do Estado do Paraná, para que possamos reestabelecer a normalidade e o Poder de competição da nossa produção agropecuária, em especial a questão da produção de leite.

Também faço um registro, senhor presidente, da preocupação que toma conta de nós das ações de inconstitucionalidade que adota o Estado de São Paulo, com respeito a lei que trata do ICMS da carne, que foi votada pela unanimidade desta Casa, restabelecendo também o poder de competição do setor frigorífico do Estado do Paraná.

Por esta razão, eu entendo que nós temos que estar atentos a isso e vamos hoje pensar e resolver essa questão do ICMS do leite, da problemática do leite.

A questão da problemática da Copel, senhor presidente, inicialmente eu quero cumprimentar mais uma vez o professor Luis Pinghelli Rosa, já tive a oportunidade de estar com ele, ouvindo as suas considerações em pelo menos umas três outras oportunidades e mais uma vez me convenço que estamos certos na nossa luta contra a venda da Copel.

Tudo aquilo que os senhores deputados, acerca da Tradener e toda a problemática da Tradener, tudo aquilo que foi decidido em liminar baixada pelo juiz acerca da Tradener, leva-me, realmente, a afirmar ainda mais as nossas convicções que a Copel não pode ser vendida neste momento, ou em qualquer momento, do jeito que pretende o governador Jaime Lerner.

Agora, com as notícias que circularam hoje nos jornais de circulação nacional, caso da Folha de São

Paulo, três grupos estão disputando a aquisição da Copel, isso nos causa uma preocupação ainda maior. Por quê? Porque a Tractbel, como foi dito aqui ainda há pouco, pode adquirir o controle total da energia do Estado do Paraná, que hoje está nas mãos do poder público, na mão da Copel e passar este controle todo para as mãos da iniciativa privada, para a mão de um grupo belga, que já está no Rio Iguaçu e vai ficar com a totalidade do nosso Rio Iguaçu e ao adquirir a Copel, evidentemente, terá direito para explorar e construir novas usinas hidrelétricas, já autorizadas para que a Copel assim faça.

Será que é bom, para perdemos o monopólio estatal do Governo do Paraná, do povo paranaense e atribuímos esse monopólio ao povo belga e a uma empresa privada, lá do continente europeu?

Será que isso vai ser bom para o Paraná?

Será que é bom correremos esse risco?

Será que isso é um ato de paranismo, deixarmos de ter o controle sobre os nossos rios, sobre a geração, a distribuição da nossa energia, para entregar a um grupo belga que vai, ele sim, exercer a partir daí um monopólio tão criticado, hoje, nas mãos da Copel?

Será que isso é bom?

E outra questão que coloco, é a afirmação feita nos jornais e que foi traduzida, aqui nas palavras dos deputados Isfer e Cezar Silvestri.

O que dizem os representantes do Grupo Votorantin? Que estão interessados em adquirir a Copel, mesmo que tenha que ser em parceria com a Tractbel e com a GP. Por quê? Porque eles querem ter a garantia de que as suas empresas, do Grupo Votorantin e da Vale do Rio Doce, não tenham problemas na aquisição de energia.

Ora, o que estão pensando a Votorantin e a Vale? Exclusivamente nos interesses deles que não estão, na sua maioria, no território paranaense! Será que a Votorantin e a Vale, adquirindo a Copel, não vão construir dois ou três linhões e transmitir a energia gerada no Paraná lá para suas indústrias, e deixar o povo paranaense buscando energia no mercado aberto, pagando preços dez, vinte, trinta vezes superior ao que paga hoje? Será que isso vai acontecer? Lógico que vai acontecer!

É por essa razão que mais uma vez afirmamos a nossa contrariedade. Todas essas empresas que desistiram do leilão, fizeram porque entenderam que o momento não é oportuno. As próprias empresas que restaram estão dizendo da necessidade de não realizar o leilão agora. Por que será que só o governador insiste em vender? Por que será que só o Sr. Miguel Salomão entende que se vender pelos 4 bilhões, está bem vendida? Por que será que vamos ter que concordar em vender a Copel por 2 bilhões de dólares, se só a nossa distribuição que contém 2.850 mil pontos de consumo, se fosse vendida pelo preço médio que se vendeu no Brasil inteiro outra distribuição de energia, valeria mais de 7 bilhões?

Todas essas questões tem que ser analisadas?

Concedo um aparte ao deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

V. Exa. fala da insistência, da teimosia que tem o governador de manter a venda da Copel a qualquer custo.

Olha o que fala o governador na Folha de São Paulo, sobre a desistência da grande maioria das empresas: estão pedindo oficialmente para adiar.

O governador diz o seguinte: “O governador considerou muito bom o fato de apenas três dos onze grupos inicialmente inscritos para o leilão, terem confirmado interesse em assumir o controle da Copel”. “É um resultado muito bom, está dentro do previsto e significa uma boa continuidade em todo o processo.”

Não há muito mais a comentar quando vemos uma posição do governador nesse sentido. Ele deveria, pelo menos, lamentar que inúmeras empresas estão desistindo do leilão. Para justificar a manutenção da venda no dia 31, diz ele que é muito bom. Só faltava ter uma negociação unilateral, e ele dizer que é ótima para o Estado.

Sobram poucas alternativas de contestação. Sobra a tribuna desta Casa para dizermos, mais uma vez, que é inoportuno, que é lesivo ao Estado do Paraná. Nenhuma autoridade de bom senso tem falado contrariamente à argumentação que temos apresentado aqui.

Veja o que disse o paladino de todas as privatizações do nosso Brasil, Francisco Gross que, há poucos dias, disse que é muito temerário. Praticamente falou em ser uma irresponsabilidade manter o leilão da Copel neste momento. Quando o governador fala isso, é lamentável.

Não é de se estranhar, pois na troca de cargos do chefe da Receita Estadual, em Pato Branco, o que deixou o cargo, disse que estava “deixando o cargo por não compactuar com a corrupção.”

Recebia ele como se fosse uma condenação a sua atividade frente à Receita Estadual. Ele não disse isso na imprensa; disse na posse do seu substituto. Então, as coisas me parecem que estão ao léu, sem que se tenha, realmente a responsabilidade daquilo que está sendo escrito e que esteja sendo falado.

O governador vem falar que é muito bom que oito empresas tenham desistido! Como é que vamos admitir, deputado Pessuti, que seja realmente, o contraditório? E saber que no Brasil inteiro, seja escutado isso do governador!

Acho que nos resta, realmente, pedir ao governador que escute, não aqui os deputados da Assembléia, mas o que falam as autoridades do setor, não do setor; empresas. Olha o que falou Antonio Ermírio de Moraes: que não é possível manter um leilão nesse momento; há uma incerteza no mercado; nenhuma empresa poderia, quem sabe, pagar o valor real da Copel. É o que diz ele aqui. E tudo isso passa.

Obrigado pela aparte, Exa.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor Presidente, concluo dizendo o seguinte, que o governador, certamente, tem muito a comemorar, porque foi dessa forma que agiu quando pedagogizou as

estradas do Paraná. Sentou à mesa com meia dúzia de empresários e repartiu o filé mignon das rodovias do Estado do Paraná, sem nenhuma exigência maior, sem estabelecer uma política de fiscalização e regulação. Está aí o problema do pedágio, para ser equacionado e resolvido e nós o faremos na sequência, quando instalarmos a CPI do Pedágio aqui no Estado do Paraná.

E, certamente o governador tem que ouvir esses apelos. Não são apelos apenas nossos, da Bancada da Oposição Inpedependente aqui na Assembléia, mas são apelos feitos por ex-governadores do Estado do Paraná. São apelos que estão sendo feitos pelos mais ilustres empresários deste País; são apelos feitos pela sociedade paranaense como um todo.

Está na hora de o governador pensar com o seu sentimento paranista e não agir com o seu sentimento entreguista, como tem sido nos últimos tempos.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Senhor presidente, pela ordem!

(Assentimento)

Senhor presidente, alguns minutos atrás a imprensa solicitava-me uma cópia do projeto de minha autoria e do deputado Marcos Isfer, com a relação dos deputados que assinaram este projeto.

Para que ninguém alegue que não foi convidado, quero aqui, publicamente, fazer o convite, novamente, a todos os senhores deputados, que ainda há tempo para assinar o projeto que proíbe a venda do Setor de Geração e Transmissão da Copel e permite a venda da distribuição e de outras participações acionárias que a Copel tem nessas empresas.

Publicamente estou aqui fazendo o convite, para que ninguém alegue que não foi convidado; porque a imprensa me pedia a relação dos deputados que assinaram e alguns deputados que votaram contra a venda da Copel, ainda não assinaram nosso projeto e nem o projeto do plebiscito.

Então, aqui estou fazendo mais uma vez esse convite.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

PFL, PSDB, PPS.

(Declinaram).

PTB. Com a palavra o senhor deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Quero, mais uma vez, me reportar à situação grave que vive o litoral do Estado do Paraná, ainda na situação do encalhe do navio transportando mais de vinte milhões de litros de nafta, que causam transtornos à administração do Porto de Paranaguá, mas que, acima de tudo, causa transtorno na economia, na situação econômica do município de Paranaguá, Antonina, Morretes, Pontal do Paraná, pelo menos esses mais próximos ali a Paranaguá.

Esta operação de transbordo da nafta que está nesse navio encalhado, para um navio da Petrobrás - outro navio - já demora desde a última quinta-feira, quando tivemos a notícia do acidente com esse navio.

Uma empresa holandesa chegou agora, faz todo um trabalho, mas lamentavelmente não chega ainda a uma conclusão. E com isso, e lamentavelmente, nós vemos aí um dos setores mais atingidos do litoral do Paraná, que é o pescador, sem condições de poder manter a sua família, sem condições de poder pegar o seu produto de venda que é a pesca, e sem ver chegar no seu município, em Paranaguá, em Pontal do Paraná. Agora, por exemplo, estamos tendo lá a tradicional Festa do Camashopp chamada a Festa do Camarão e do Chopp, que praticamente está às moscas. Por quê? Porque ninguém vai, ninguém vai arriscar a comer um fruto do mar daquela região, imaginando que há ainda o problema da poluição, da nafta que foi jogada na Baía de Paranaguá.

Por tudo isso, senhor presidente, registro aqui a presença do Alcione Valentim, liderança da nossa Ilha do Mel, e a presença do José Tavares, presidente da Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barrancos e Sangrilá, do município de Pontal do Paraná, que mandam aqui uma Carta de Ponta do Paraná, em que dizem (**Lê**):

“Carta de Pontal do Paraná

Precisamos de ajuda para que a indústria pesqueira não dizime nossos peixes.

A Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barranco e Sangrilá, do município de Pontal do Paraná, vem por meio desta solicitar atenção e apoio das instituições governamentais e não governamentais para a solução de grave problema ecológico, econômico, legal e cultural a afetar a fauna marinha paranaense, bem como a grande maioria da população dos pescadores do litoral paranaense que, tradicionalmente, tem na pesca artesanal sua forma de subsistência.

Estamos preocupados com o futuro dos pescadores e da biodiversidade marinha do Paraná. Em pouco tempo, a continuar o que temos presenciado, não teremos como sobreviver por falta de peixe.

Temos sofrido sistematicamente a invasão de grandes barcos sardinheiros, sobretudo advindos do município catarinense de Itajaí e do paulista de Santos, que comportam até mais de cem toneladas de frutos de mar e fazem o que é conhecido como “pescaria de cerco”, localizando cardumes com sonar. Cercam-nos e matam tudo. Não há chance para o peixe.

Fazem o oposto de nós que, historicamente, temos com o mar um relacionamento equilibrado, onde sempre há espaço para que o peixe sobreviva, reproduza-se e cresça. A própria natureza nos dá os parâmetros de possibilidades e limitações, por meio das marés, do clima, das estações do ano. Para esses dilapidadores de nossas riquezas marinhas, não há mar bravo nem tempo ruim. Agem com a onipotência dos que buscam tão somente o lucro.

De fato, os grandes barcos ficam até por um mês no mar, sem dar chance para a natureza se recompor.

Do ponto de vista **cultural**, isso é terrível, porque inviabilizam a cultura da permanência, das práticas de pesca artesanal, que permitem uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza.

No aspecto **econômico**, tais barcos pesqueiros nos lesam porque se apropriam de tudo, assolam nosso território marinho, deixando-nos sem condições de acesso ao pescado, nossa fonte de renda.

Em relação aos aspecto **legal**, agem sem a menor preocupação ética ou moral. Ignoram o que seja justo para o homem e para o mar, desrespeitam as leis civis e as leis da natureza.

Do ponto de vista **ecológico**, desde que esses barcos começaram a aparecer, há 15 anos, o impacto ambiental tem sido enorme, não só porque adotam técnicas extremamente predatórias mas também pelo estrago, pela perda do peixe, que chega à costa para desova.

Na pesca artesanal, interagimos com a natureza de maneira parcimoniosa. Utilizamos redes adequadas para o tipo de pescado de que nos alimentamos e comercializamos. Por sua vez, a malha das empresas pesqueiras tem vãos de 2,5 cm, o que implica uma coleta geral. Pai, mãe, filho, todas as gerações são capturadas indiscriminadamente. E o pior: grande parcela é devolvida morta ao mar. Um barco sardineiro permite uma carga de 100 toneladas e consegue fechar um cardume de 40 toneladas.

A tendência é de que os turistas que vêm ao nosso litoral para comer peixe fresco tenham que optar por cardápios alternativos. E nós, pescadores, o que faremos de nossas vidas se nossa vida está no mar?

A situação aqui relatada já tem sido motivo de muitas denúncias, até agora sem resultados que apontassem soluções bem sucedidas.

Governantes, precisamos de ajuda, de suas intervenções.

Precisamos que o Ibama e o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) se ocupem efetivamente com o enfrentamento dessa questão.

Precisamos que os geradores do Programa de Gerenciamento Costeiro do Estado do Paraná (Gerco) intervenham com firmeza para a criação do ordenamento do espaço marinho da costa paranaense.

Precisamos de mecanismos normatizadores para resolver o problema, em consonância com os preceitos de desenvolvimento sustentável.

Precisamos, do mesmo modo, que nos seja garantido o cumprimento das leis já existentes, por meio de uma fiscalização eficaz, ativa e permanente.

Precisamos de apoio para que sejam tomadas medidas protecionistas, para que sejam estabelecidos os mecanismos legais faltantes no que se refere ao uso do espaço costeiro paranaense.

Senhores governantes, precisamos mesmo de seu apoio!

E contamos com vossa colaboração efetiva.

Sendo o que se apresenta, manifestamos votos de respeito e desejamos a V. Exa. êxito em todas as suas iniciativas voltadas à defesa da vida com qualidade.

Atenciosamente,

(a) JOSÉ TAVARES

Presidente da Associação Comunitária dos Pescadores de Guapê, Barrancos e Shangrilá Municipal de Pontal do Paraná - PR

Tel. 41.9993.6999"

Senhor presidente, há um mês e pouco atrás, em Guaratuba, pescadores, exatamente por essa situação, fecharam por quase que um dia a travessia do ferry-boat. É preciso que especialmente o Ibama e a Capitania dos Portos observem essa intromissão, essa invasão de pescadores profissionais de Santa Catarina, de Santos, do Rio Grande do Sul, parem de invadir o nosso território, o nosso mar, sob pena de vermos aí, além de tudo isso, ainda os acidentes ecológicos acontecidos em Morretes, Antonina e Paranaguá, que soma-se a tudo isso. Ainda imaginem a situação dos pescadores.

Agora, com esse caso do navio em Paranaguá, a situação ficou pior ainda. E não adianta distribuir cesta básica, porque para sua alimentação o pescador tem também a sua atividade de trabalho. Não é só isso, é preciso mais do que isso: uma política mais efetiva de atendimento ao nosso pescador do litoral do Paraná, que passa por enormes dificuldades já normalmente e pior ainda quando acontece um acidente como esse, que agora acontece. Já parado, amanhã, há uma semana, senhor presidente. Há uma semana um navio encalhado em Paranaguá, não temos a solução, a cidade sofre com a economia. O Porto do Paraná está perdendo divisas porque muita gente, muito transportador está indo para Itajaí, Santa Catarina, está indo para Santos, porque não vai ficar. Há quarenta e cinco navios, quarenta e cinco navios estão ancorados próximo ao Porto de Paranaguá esperando uma oportunidade para poderem carregar.

Deus queira que, até o final desta semana, se resolva esse problema e o porto possa voltar à normalidade, e aí sim, entidades, pescadores, Prefeitura de Paranaguá, Sindicatos, Governo do Estado e IAP acionem a Petrobrás com uma multa, realmente, que possa compensar o prejuízo que sofreu o Estado do Paraná e consequentemente os segmentos da sua sociedade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Horário das Lideranças: Lideranças da Oposição.

(**Declina**)

Liderança da Situação.

(**Declina**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelos senhores deputados Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada, Algaci Tulio, Edno Guimarães e Hermas Brandão, integrantes da Bancada do PSDB, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para exercer o cargo de líder do Partido, nesta Casa. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelo senhor deputado Plauto Miró Guimarães, na qualidade de líder do PFL, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado para compor como membro titular na Comissão de Constituição e Justiça, em substituição do nome do deputado Marcos Isfer, que desfilou-se do PFL. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Tony Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em número de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3560, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para o Projeto de Lei nº 431/2001, constante da Ordem do Dia da presente Sessão. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM

PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 431/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 431/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, altera a legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, estabelecendo que os estabelecimentos que realizarem a industrialização do leite podem optar pelo crédito de 7% sobre o valor das subseqüentes operações de saídas interestaduais dos produtos resultantes da industrialização.

O projeto está de acordo com a sistemática do ICMS, não apresentando óbices de natureza legal ou constitucional.

Pelo exposto, opino pela sua regular tramitação, acatando a Emenda em anexo, do autor, nº 01, e a Emenda nº 02, do deputado Basílio Zanusso.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA DO AUTOR AO PROJETO DE LEI Nº 431/2001

P A R E C E R :

Art. 1º - Altera o *caput* do artigo 3º, do Projeto de Lei nº 431/2001, acrescentando o termos "maionese", passando o articulado a vigor com a seguinte redação:

"Art. 3º - Fica reduzida para 58,33 (cinquenta e oito vírgula trinta e três por cento) a base de cálculo nas operações interestaduais, sujeitas à alíquota de 12% (doze por cento), com margarinas, maioneses, cremes vegetais, gorduras vegetais hidrogenadas e óleos vegetais, promovidas diretamente pelo estabelecimento industrial ou encomendante da industrialização.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

Apoio:

Eli Ghellere, Orlando Pessuti, Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A maionese é um importante sub-produto industrializado a partir de óleos vegetais, e não poderia ficar de fora da apregoada redução, constante do *caput* do artigo 3º, da proposição, sendo mister a presente emenda aditiva, que visa tão somente inserir no texto legislativo o produto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 431/2001 DE Nº 02

Acrescente ao artigo 2º, parágrafo 1º, "a":

“Art. 2º -...

§ 1º -...

a)...

1)...

2)...

3) embalagens destinadas à comercialização de leite.”

Sala das Sessões, em 23.10.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Apoiamento:

Orlando Pessuti, José Maria Ferreira, Hermes Fonseca.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa atender ao pleito dos produtores de leite do Estado do Paraná que têm sido prejudicados pelo alto preço das embalagens destinadas à comercialização do leite, trazendo graves problemas para o desenvolvimento da economia e mesmo na geração de emprego e renda.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 431/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em exame, de autoria do deputado Valdir Rossoni, dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

Sobre a matéria já existe o parecer favorável com emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa de Leis, podemos observar na própria justificativa do autor da matéria, que com a aprovação deste projeto de lei estaremos incentivando a industrialização de leite e outros, possibilitando a oportunidade de esta comunidade industrial, optar por crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor das operações de circulação do produto, nas saídas interestaduais dos produtos resultantes de industrialização.

Desta forma, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação, inclusive com as emendas apresentadas pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.10.2001.

(a) ADEMIR BIER

Presidente e relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 204/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a Associação de Agricultores São João Batista do Assunguí, com sede no município Fernandes Pinheiro e foro no município de Irati. **Aprovado. (Publ. no DA nº 066/2001, de 22.05.2001)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 236/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Francisco Carlos da Silva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 078/2001, de 07.06.2001)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 306/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Jardim Guarujá, com sede e foro no município de Colombo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06.08.2001)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 386/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a APM - Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Dr. Luiz Fernandes de Freitas, com foro e sede no município de Morretes. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 391/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que declara de Utilidade Pública Estadual a ABF - Assistência Beneficente Filadélfia, com sede e foro no município de Maringá - Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 405/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio e Reabilitação dos Portadores de Fissura Lábio Palatal de Londrina e Região - Cefil, com sede e foro no município de Londrina. **Aprovado. (Publ. no DA nº 118/2001, de 04.09.2001)**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 417/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, com sede e foro no município de Campo Largo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/2001, de 10.09.2001)**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 424/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a ONG - Organização não Governamental Cidadão do Futuro, com sede e foro no município de Ibiaporã. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2001, de 11.09.2001)**

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 425/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paula da Paróquia de Siqueira Campos, com sede e foro no município de Siqueira Campos. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2001, de 11.09.2001)**

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 436/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede no município de Honório Serpa e foro na comarca de Manqueirinha. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001)**

ITEM 11

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/2001, de autoria do deputado Ademar Traiano e outros. As instituições bancárias, de financiamento e de crédito, bem como os supermercados, deverão atender os consumidores em tempo razoável evitando a longo espera em filas. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Emenda: **Aprovada.**

ITEM 12

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/2001, de autoria da CPI dos Medicamentos, que reduz para 12% a alíquota do Imposto sobre Circulação de Bens e Serviços - ICMS, nas operações internas com medicamentos genéricos. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Emenda: **Aprovada.**

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a criar um Centro Cultural no município de Bandeirantes. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

Emenda: **Aprovada.**

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3509, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3510, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3518, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3530, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3535, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3536, de autoria do senhor deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3538, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3539 e 3540, de autoria do senhor deputado Moysés Leônidas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3543, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3544 a 3549 e 3556, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3551, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 3552 a 3555, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3557, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento do deputado Plauto Miró Guimarães, indicando substituição de deputado do PFL na CCJ.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente. É justamente a respeito desse expediente, desse ofício, porque, se não me falha a memória, há uns dois dias atrás, o deputado Durval Amaral encaminhou por escrito uma questão de ordem à Mesa, acerca da reorganização das comissões. Pelo que pudemos observar do texto, do ofício, ele diz: "conforme solicitação de V. Exa..."

Está parecendo que foi uma solicitação de V. Exa... **(vozes paralelas)**

Faço a questão de ordem, para saber se essa foi a orientação que deu V. Exa., ao líder do PFL, se já está decidida a questão de ordem, com referência à reorganização.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não está. Estamos avocando e vamos encaminhar ao Departamento Jurídico da Casa, para análise.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

V. Exa. disse que estaria encaminhando este expediente ao Departamento Legislativo. Então, V. Exa. está concordando...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para a Comissão Executiva e, posteriormente, fazer os encaminhamentos, dentro da Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, quero declarar o meu apoio à solicitação do deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 3561, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para informar.**

Vamos mandar averiguar e vamos incluir na Ordem do Dia de segunda-feira.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de registrar neste momento, a presença neste Plenário, do Padre Sílvio Andrei, da cidade de Londrina, assessor de comunicação da Arquidiocese de Londrina, diretamente ligado ao arcebispo D. Albano Cavalin, que nos honra com a sua presença nesta tarde, ao lado da minha esposa, Sra. Ceila.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Faltou um requerimento nosso aqui, onde estamos solicitando o Horário do Grande Expediente do dia 7 de novembro para o governador do Rotary Club do Paraná.

Requerimento nº 3563, de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente se fosse para o governador do Estado, também estaríamos aprovando! Por que não, é uma honra recebê-lo aqui!

Quero comunicar à Casa - não está presente aqui o deputado Edson Strapasson, porque está tratando exatamente de assuntos referentes a Comissão de Obras da Assembléia - estivemos na Secretaria de Transportes, recebidos pelo deputado e secretário Nelson Justus, onde fomos fazer um levantamento, buscar dados, números referentes à questão do pedágio e também das obras rodoviárias no Estado do Paraná. E ficou acertado que para o próximo dia 7, às 10 horas da manhã, não tão somente a Comissão de Obras, mas também toda esta

Assembléia é convidada para comparecer à Secretaria de Obras, para que possamos discutir em conjunto, a Casa com o secretário e seus assessores, as questões relativas às obras que estariam programadas para o Estado do Paraná, e também discutirmos a questão do pedágio.

Ao mesmo tempo também, ainda falando em comissões internas, no momento que se fala e se propõe as alterações nas comissões internas, quero lamentar profundamente, que uma comunicação é feita sempre com um dia de antecedência, ou senão até dois, para que os deputados compareçam às reuniões das comissões. Sempre notei isso nas comissões que presidi. Da mesma forma, passo isso também na Comissão de Redação desta Casa, e lamentavelmente na reunião de hoje apenas este parlamentar e o deputado Orlando Pessuti é que compareceram.

Então, acho que precisamos levar um pouquinho mais a sério a questão das comissões internas que realmente é o coração da Assembléia, porque se fôssemos para marcar uma nova reunião certamente não teríamos próximas votações aqui no plenário da Casa, inclusive um projeto importante, que trata do sistema de saúde do servidor público, aprovado por esta Casa, e que hoje recebeu o parecer da redação final assinado tão somente por mim e pelo deputado Pessuti.

Agora, o que tem que se fazer? Buscar pelos gabinetes os deputados para assinarem este parecer! Então, é preciso que os deputados, quando convocados, compareçam; é o mínimo que se pede para o parlamentar: comparecer na comissão interna a que ele faz parte.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Quero só comunicar a esta Casa e aos senhores deputados, obviamente, que hoje pela manhã tivemos a visita do secretário da Administração, Dr. Ricardo, nos falando sobre o plano de saúde dos servidores públicos do Estado do Paraná e resolvemos convidar o secretário para que, no próximo dia 6 de novembro, viesse a uma Sessão Plenária.

Então, aproveitaríamos a Sessão do dia 6 de novembro, já foi apresentado à Mesa, foi até aprovado por esta Casa, a vinda do secretário para que ele possa fazer um debate com todos os senhores deputados, porque é um assunto da maior importância para todos os servidores públicos do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 25 às dez horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 444/97 e 318/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2001.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 378/2001 e do
Projeto de Resolução nº 032/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 018, 150 e
373/2000; 063, 265 e 501/2001.

Levanta-se a Sessão.